



Teresa Couto

# ainda a República o analfabetismo

Fechou-se recentemente o ciclo das comemorações do centenário da República, mas talvez venha ainda a propósito invocar algumas questões em aberto entre a Educação e a República. E uma dessas questões é a do analfabetismo.

Como é geralmente sabido, a República fez da instrução e da educação popular uma das grandes bandeiras do seu ideário político, tanto antes como depois do derrube da Monarquia. Sirva de exemplo a essa prática a frase atribuída a Danton por António José de Almeida na revista «Ama Nacional», de Fevereiro de 1910: “Depois do pão, a educação é a primeira necessidade dum povo”.

Convenhamos que havia todo o fundamento político e social para agir dessa forma, tanto em função da expressão quantitativa que o fenómeno havia alcançado ao longo do século XIX, quanto pela importância decisiva que o analfabetismo representava, negativamente, para o desenvolvimento económico e para a justiça social do país. Basta que nos lembremos do índice de analfabetos no virar do século XIX (74,6%) e que a escolaridade obrigatória tinha sido decretada em 1835, havia, portanto, 65 anos.

E o fenómeno era tanto mais escandaloso quanto uma boa parte dos países europeus, sobretudo os que estavam mais expostos à influência do protestantismo, já se tinha libertado dessa chaga social na quase totalidade da sua população. Mesmo Espanha, Grécia e Itália deixavam Portugal bem na cauda da Europa neste domínio. Atento este contexto, a força do discurso republicano contra a Monarquia tinha toda a legitimidade. Todavia, não obstante toda essa legitimidade, em 1920 – isto é, 10 anos depois da implantação da República –, o analfabe-

tismo ainda acusava a cifra de 66,2%, e de 61,8% em 1930. Significa isto que nos primeiros 30 anos do século XX, a taxa de analfabetos apenas regrediu 12,8%. E se considerarmos o ciclo de mais intensa actividade política do novo regime (1910-1920), a taxa de regressão correspondente não vai além de 4%.

Face a tão míseros números, não podemos deixar de registar algum sentimento de impotência quanto ao seu real significado, embora não falem explicações sobre os seus fundamentos, desde o ruralismo profundo em que vivia mergulhada uma grande parte da população até ao afrontamento político permanente em que a República se viu envolvida, a que não foi estranho o radicalismo ideológico que caracterizava o discurso dos corifeus republicanos, nem o caciquismo reaccionário tão impunemente exercido por quem beneficiava da protecção de um povo fortemente dependente de favores locais.

Sabemos o modo como o Salazarismo administrou esta herança, que chegou ao 25 de Abril ainda “em bom estado de conservação”. Em 1970, a percentagem de analfabetos maiores de 15 anos era de 29%, enquanto Espanha registava 9,8 e a Grécia 15,6, conforme é possível ler em José Salvado Sampaio (*Portugal: a Educação em números*).

Esta realidade persiste nos nossos dias, embora se exprima por outras formas, que já não as estatísticas. Por detrás do

insucesso escolar que hoje todos lamentamos, da repetência e do abandono precoce, do desinteresse e da indisciplina que infesta os nossos recreios e as nossas aulas, projecta-se ainda o fantasma do analfabetismo da população, das famílias, também elas, já abandonantes precoces do processo escolar, dos pais e das mães que carregam consigo histórias pouco amáveis sobre a sua experiência escolar – o que, necessariamente, não constitui um bom contexto educativo, propício ao desenvolvimento de apetências escolares indispensáveis à formação de expectativas positivas face à mensagem escolar.

Sabemos que, segundo o censo de 2001, é ainda o 1º Ciclo a fase de escolaridade mais frequentada na geração dos 35/44 anos; para a geração dos 25/34, é o 2º Ciclo, seguido de perto pelo 3º. Significa isto que muitos estudantes actuais vivem num contexto familiar onde a cultura escolar não constituirá uma referência valorizadora das suas experiências pessoais. Nestes termos, não será tanto o défice sócio-económico que explicará as dificuldades escolares, mas, sobretudo, o défice sócio-afectivo e cultural que impedirá o processo de aproximação e de identificação com a Escola, donde nasce o desejo de aprender que se transformará em projecto de ser.

Daqui ser legítimo concluir que entre o analfabetismo real e o analfabetismo diferido há um vínculo que as sucessivas gerações não desatam por si. Por isso se compreende melhor o apelo à revolução, quando há lugar para a utopia, como foi o caso da República. ↗

## Manuel Matos

Universidade do Porto,  
Faculdade de Psicologia  
e de Ciências da Educação